



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

A DIMENSÃO ÉTICA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:

A EXPERIÊNCIA NARRADA DOS BIBLIOTECÁRIOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC)

THE ETHICAL DIMENSION OF INFORMATION LITERACY: THE NARRATED EXPERIENCE OF LIBRARIANS FROM THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF SANTA CATARINA (IFSC)

Eliane Pellegrini¹, Elizete Vieira Vitorino²

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Objetiva compreender a dimensão ética da competência em informação dos bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Para alcançar este objetivo, caracterizou-se a dimensão ética a partir da literatura da área de Ciência da Informação e da Filosofia, descreveu-se a experiência dos bibliotecários quanto aos aspectos éticos e legais

1 Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2016. Integrante do Grupo de Pesquisa em competência em informação (GPCIn).

2 Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996). Professora do Departamento de Ciência da Informação (CIN) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN). Estágio pós-doutoral, na Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, 2016.

relacionados ao uso da informação e identificou-se nas narrativas as percepções sobre o *Padrão 5* de competência em informação contido no documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* da [Association of College & Research Libraries \(ACRL\)](#), publicado em 2000. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, do tipo levantamento, documental e bibliográfica. Adotou-se uma abordagem de tratamento e análise dos dados qualitativa e fenomenológica. A técnica utilizada para coleta dos dados foi a entrevista narrativa. Os dados foram analisados com base no método fenomenológico de Sanders (1982). A partir da literatura, observa-se que a dimensão ética da competência em informação diz respeito à ação humana, com base em princípios para a orientação da boa conduta dos indivíduos. As narrativas dos bibliotecários revelam que o fenômeno pode ser percebido sob os seguintes aspectos: legais, no que diz respeito ao uso da informação (questões de plágio, direito autoral, conhecimento e uso da normalização, uso das resoluções internas da instituição e de leis); éticos da profissão (envolve a defesa do livre acesso à informação, a questão da censura e inclui também os valores éticos); e, que dizem respeito ao bem coletivo (igualdade e imparcialidade na relação com os usuários, trabalho em equipe e posturas do profissional). Quanto ao *Padrão 5* de competência em informação da ACRL (2000), os elementos que mais se destacaram nas narrativas foram plágio, uso de leis relacionado ao acesso e uso dos recursos de informação e defesa do livre acesso à informação.

Palavras-chave: Competência em informação. Dimensão ética da competência em informação. Bibliotecário.

Abstract: *It is aimed to understand the ethical dimension of information literacy of librarians from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina (IFSC). To achieve this goal, we characterized the ethical dimension from the literature of Information Science and Philosophy areas, the librarians' experiences described is about the ethical and legal aspects of the use of information and it was identified in the perceptive narrations Standard 5 from the information literacy contained in the Information Literacy Competency Standards for Higher Education document from the Association of College & Research Libraries (ACRL), published in 2000. It is an explanatory research and descriptive type of survey, documental and literary. We adopted an approach of processing and analysis of qualitative and phenomenological data. Data was analyzed using the phenomenological method of Sanders (1982). From the literature, it is noted that the ethical dimension of information literacy is about the human action, based on principles to guide the conduct of individuals. The narratives from the librarians revealed that the phenomenon studied in this research can be seen in the following aspects: legal, concerning the use of information (plagiarism issues, copyright, knowledge and use of standards, use of internal resolutions of the institution and laws); ethical profession (involves the legal aspects, the defense of free access to information, the issue of censorship and also includes the ethical values); and, concerning the collective good (equality and fairness in the relationship with users, teamwork and professional positions). As for Standard 5 information literacy the ACRL (2000), the elements that stood out in the narratives of librarians were plagiarism, use of laws related to access to and use of information resources and defense of free access to information.*

Key words: *Information Literacy. Ethical dimension of information literacy. Librarian.*

1 INTRODUÇÃO

A informação, no século XXI, é reconhecida como elemento chave em todos os segmentos que envolvem a sociedade, modificando o cotidiano e o modo de agir dos indivíduos. A abundância de informações por si só não forma indivíduos mais informados. É preciso que estes sejam responsáveis pela sua auto formação, capazes de atualizar-se constantemente e de aplicar suas capacidades de autoaprendizagem em um contexto que se denomina como aprendizado ao longo da vida (BELLUZZO; KOBAYASHI; FERES, 2004).

Diante desta realidade, a competência em informação ganha cada vez mais espaço. As circunstâncias atuais exigem que os indivíduos possuam um conjunto de habilidades, atitudes e conhecimentos sobre o universo informacional. Um indivíduo competente em informação, seja um estudante, um profissional, é capaz de reconhecer suas necessidades, localizar a informação necessária, identificar o acesso, recuperar, avaliar, organizar e usar a informação, além de, saber como se beneficiar do mundo de conhecimentos e incorporar a experiência de outros em seu próprio acervo de conhecimentos (LAU, 2008). Entende-se a competência em informação, portanto, como um comportamento que possibilita a identificação de informações que supram as necessidades do indivíduo, independentemente do canal ou suporte em que se encontram, sem deixar de observar as questões éticas relativas a sua utilização (JOHNSTON; WEBBER, 2003). Tratando-se de bibliotecários e das questões éticas do seu fazer profissional, este tema ganha significativa relevância, tendo em vista a responsabilidade pelo uso e partilhamento de dados e de informação, núcleo desta profissão.

O uso ético e legal da informação pelos bibliotecários enquanto promotores da competência em informação é o foco desta pesquisa. A ética é uma das dimensões da competência em informação, a qual também está alicerçada noutras três dimensões: técnica, estética e política (VITORINO; PIANTOLA, 2011). A dimensão ética diz respeito à ação humana, com base em princípios para a orientação da boa conduta dos indivíduos e está presente na competência profissional, em qualquer que seja o espaço de atuação dos indivíduos (RIOS, 2011).

O desenvolvimento da competência em informação pode ocorrer durante toda a vida dos indivíduos e, especialmente, em seu período de formação, momento em que os bibliotecários, como parte da comunidade de aprendizagem e como especialistas na gestão da informação, podem assumir um papel importante no ensino das habilidades em informação (LAU, 2008). Entretanto, a atuação dos bibliotecários voltada para o bem coletivo, para a justiça e para o uso ético e legal da informação nos programas de competência em informação depende dos valores, princípios e conhecimentos sobre leis e normas que regem o uso ético da informação.

Este estudo, portanto, objetivou compreender a dimensão ética da competência em informação dos bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Os objetivos específicos foram: a) caracterizar a dimensão ética da competência em informação a partir da literatura da área de Ciência da Informação e da Filosofia; b) descrever a experiência dos bibliotecários do IFSC quanto aos aspectos éticos e legais relacionados ao uso da informação; e, c) identificar nas narrativas dos bibliotecários percepções sobre o *Padrão 5* de competência em informação contido no documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*³ da [Association of College & Research Libraries \(ACRL\)](#), publicado em 2000, quanto ao uso ético e legal da informação.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto à sua natureza, esta pesquisa é exploratória e descritiva. Com relação aos procedimentos técnicos de coleta, é uma pesquisa do tipo levantamento, documental e bibliográfica. Para o tratamento e análise dos dados adotou-se uma abordagem qualitativa e fenomenológica.

Parte-se do pressuposto que a competência em informação pode ser compreendida como um fenômeno (BRUCE, 1999; CAMPELLO, 2003). Na busca por uma metodologia que pudesse dar conta de compreender um fenômeno, percebeu-se a fenomenologia como uma via de acesso. A pesquisa qualitativa com uma abordagem fenomenológica possibilita uma aproximação com a experiência do outro, uma compreensão do fenômeno.

O campo de estudo da pesquisa envolve os bibliotecários do IFSC. Optou-se por uma amostra constituída dos bibliotecários com maior tempo de atuação profissional. Estes profissionais foram identificados por meio de questionário eletrônico, sendo que, seis bibliotecários de diferentes cidades do Estado concordaram em narrar suas experiências.

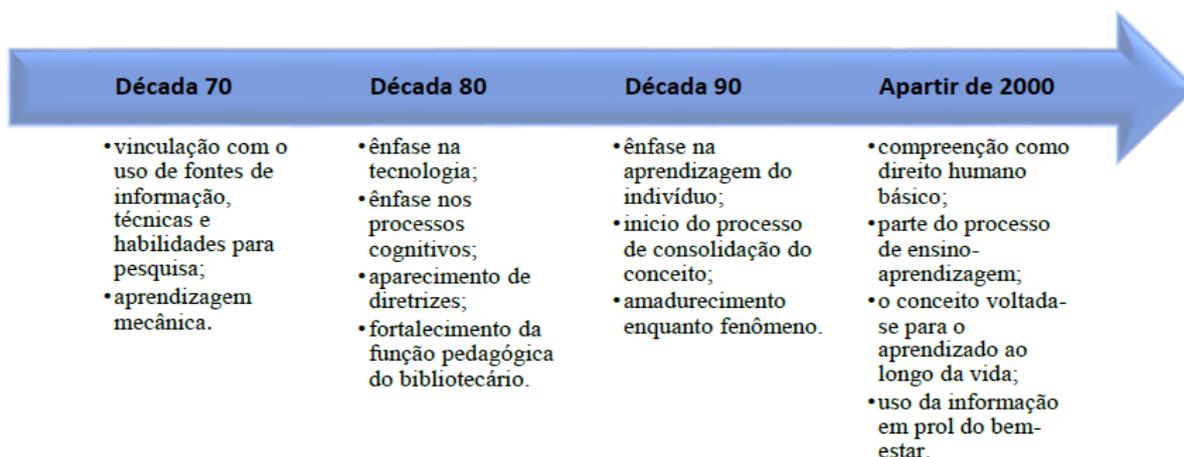
A entrevista narrativa foi o principal instrumento de coleta de dados utilizado. Escolheu-se este instrumento, pois, segundo Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 91), “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa”. Esta técnica constitui-se de quatro fases: “ela começa com a iniciação, move-se através da narração e da fase de questionamento e termina com a fase da fala conclusiva” (JOVCHELOVITCH; BAUER 2002, p. 96).

³ O documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* da [ACRL](#) (2000) estabelece cinco padrões e indicadores de desempenho, que servem de orientação a bibliotecários, docentes e outros profissionais de instituições de ensino, para avaliação da competência em informação dos estudantes no Ensino Superior. O quinto padrão refere-se ao uso ético e legal da informação que, no contexto desta pesquisa, serviu de base para compreender aspectos éticos da competência em informação.

3 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

A ideia de competência em informação surgiu nos Estados Unidos, na década de 70, sob a denominação de *information literacy*. Em cenário nacional, as reflexões acerca da temática encontraram espaço nos grupos de pesquisa da área de Ciência da Informação a partir da primeira década do século XXI. Seu desenvolvimento ao longo das últimas décadas se deu sob diversos enfoques, conforme observa-se na Figura 1.

Figura 1: A evolução do conceito de competência em informação



Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Atualmente, a competência em informação é considerada uma metacompetência que envolve habilidades em definir, localizar e acessar informações (LLOYD, 2003), conhecimentos, atitudes e valores. Além de estar ligada ao processo de proficiência investigativa, pensamento crítico e aprendizado independente, a competência em informação permeia o processo de criação, resolução de problemas e tomada de decisão (DUDZIAK, 2007). Neste sentido, alguns autores estudam esta metacompetência sob diferentes dimensões.

O delineamento da dimensão ética da competência em informação, bem como, das dimensões técnica, estética e política, originam-se, principalmente, dos estudos de Farias e Vitorino (2009) e Vitorino e Piantola (2009; 2011) que, ao considerar o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, utilizam como base as quatro dimensões da competência profissional no campo educacional de Rios (2010, 2011).

Evidencia-se a presença da dimensão ética em diversas definições da competência em informação (CATTS; LAU, 2008; ABELL et al., 2004), numa perspectiva voltada, predominantemente, para o uso eficaz e ético da informação.

Catts e Lau (2008) definem a competência em informação como as habilidades de reconhecer necessidades de informação, localizar e avaliar a qualidade das informações, armazenar e recuperar informações, fazer **uso eficaz e ético da informação**, e, aplicar informações para criar e comunicar conhecimento.

Na visão de Abell et al. (2004), a competência em informação compreende, entre outras habilidades, a de saber definir necessidades informacionais, saber encontrar e avaliar a informação, **utilizar e comunicar a informação de forma ética**. Compreender a ética e seu uso responsável no que se refere à competência em informação, segundo Abell et al. (2004), implica em saber porque a informação deve ser usada de forma responsável, respeitar a confidencialidade e reconhecer o trabalho dos outros indivíduos, compreender a sua natureza e usos para informar corretamente e de forma imparcial. Salienta-se, neste sentido, que bibliotecários possuem o papel de atestar a veracidade dos dados e informações disponibilizados, pois conhecem as fontes de informação.

Em um estudo sobre os aspectos éticos e legais da competência em informação e a formação dos bibliotecários, Mata e Casarin (2011) abordam questões relacionadas à propriedade intelectual, *copyright*, direito autoral e plágio. Segundo estas autoras, o conhecimento das leis de direitos autorais nacionais e internacionais, que contém as condições de uso de obras, e o conhecimento da normalização, que no Brasil segue os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), é importante para os bibliotecários. A normalização dos documentos influencia na recuperação de informação e está relacionada à questão ética, uma vez que ao citar corretamente um documento atribui-se os créditos devidos ao(s) autor(es), direitos autorais, propriedade intelectual, plágio e ao *copyright*. Mata e Casarin (2011, p. 130) defendem que “somente tendo estes conhecimentos e atitudes éticas, o bibliotecário possui condições de ensinar outras pessoas a respeitarem os aspectos que envolvem o uso legal da informação”.

Percebe-se até aqui, portanto, que a dimensão ética da competência em informação está diretamente ligada ao uso ético e eficaz da informação e que ao bibliotecário cabe fazer esse “uso ético”, para assim, promovê-lo no âmbito profissional aos usuários da informação. Entretanto, há outros aspectos intrínsecos a esta dimensão.

Menezes e Vitorino (2014) identificam que a dimensão ética da competência em informação refere-se ao uso responsável da informação, mas também ao bem coletivo, ao bem comum e à cidadania. Seu objetivo é a realização de boas atitudes. Esta dimensão é vital para efetivar a competência, uma vez que as outras dimensões - técnica, estética, política – ganharão significado

pleno quando, além de se apoiarem em fundamentos próprios de sua natureza, se guiarem pelos seguintes princípios éticos: o respeito, a justiça e a solidariedade (RIOS, 2010).

Na perspectiva de mediação, Vitorino e Piantola (2011) observam que a ética pressupõe um juízo crítico e relaciona-se diretamente à noção de autonomia, na medida em que o indivíduo ético decide por si mesmo suas ações após ponderar sobre suas possíveis consequências não apenas no âmbito pessoal, mas principalmente coletivo. Portanto, no cerne da ideia de competência em informação está o caráter crítico atribuído à ética. O indivíduo que é efetivamente competente em informação é capaz de tomar posição e assumir uma postura crítica diante de determinadas informações, o que requer, na maioria das vezes, um julgamento de valor (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Com base nas reflexões dos autores mencionados sobre a dimensão ética da competência em informação, percebe-se que esta refere-se ao uso legal e responsável da informação, fundamentado nas leis e normas que regem o uso da informação em cada país, e nos princípios éticos de respeito, justiça, solidariedade e compromisso, que resultam no bem coletivo e na cidadania.

Os itens a seguir apresentam as narrativas dos bibliotecários do IFSC quanto aos aspectos éticos e legais relacionados à informação e também quanto ao *padrão 5* de avaliação da competência em informação. A fim de ilustrar os resultados obtidos na pesquisa, são utilizadas algumas narrativas dos entrevistados associadas às reflexões sobre ética e uso legal da informação e sobre o *padrão 5*, já mencionado.

4 NARRATIVAS DOS BIBLIOTECÁRIOS DO IFSC: ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS RELACIONADOS AO USO DA INFORMAÇÃO

No atual parâmetro social, em constante transformação e circulação de informação, muitas são as problemáticas e/ou situações que envolvem decisões pautadas na ética. Algumas dessas problemáticas foram observadas nas narrativas dos bibliotecários quando questionadas sobre suas experiências e/ou práticas profissionais cotidianas. Ressalta-se que, em outro contexto, com outros narradores, as problemáticas observadas poderiam ser outras, com outros enfoques, direcionando para reflexões diferentes do fenômeno.

O **plágio** é comum na atualidade, conforme citam Capurro (2010) e Guedes, Baptista e Borges (2011). No âmbito educacional, a questão do plágio é uma das preocupações que envolve o uso ético da informação, de acordo com Catts e Lau (2008). Segundo estes autores, pesquisas demonstram que quanto mais cresce o acesso à internet nos países, maior é a incidência de plágios. De forma geral, os narradores abordaram essa temática, algumas com maior ênfase, outras de forma breve. Identificar

situações de plágio, entretanto, parece não ser uma prática comum no cotidiano dos bibliotecários do IFSC, como se observa no trecho da narrativa do bibliotecário B: *sobre o plágio, não consigo me remeter a nenhuma situação em biblioteca, mas na minha atuação enquanto tutora de pós, assim, que ajudava nas atividades de correção [...] de trabalhos dos alunos, é uma coisa [...] que no meio acadêmico é bastante comum, e as pessoas não têm nem noção de que aquilo ali é um crime [...], então a dificuldade de escrever faz com que as pessoas se apropriem das ideias alheias e acabam utilizando para si.* Observa-se que o narrador, apesar de ressaltar não ser comum situações de plágio no cotidiano das bibliotecas, menciona que no contexto escolar e acadêmico do qual as bibliotecas fazem parte, isto ocorre com frequência. Alguns narradores mencionam que o plágio despertou atenção por meio de situações ocorridas com outros indivíduos no meio acadêmico. As experiências dos narradores relacionadas ao plágio, portanto, advêm de atividades profissionais desenvolvidas ou observadas em diversos contextos.

A Lei nº 9.610 (BRASIL, 1998), que regula os direitos autorais e esclarece sobre o plágio, não foi citada pelos narradores, entretanto, observa-se em alguns trechos das narrativas que eles conseguem identificar elementos característicos desta lei no dia a dia, além de compreender que algumas obras possuem direitos autorais a partir de conhecimentos obtidos durante a graduação e situações observadas com outros indivíduos.

Além das percepções já mencionadas, está explícito nas narrativas outras situações que demandam conhecimento dos bibliotecários quanto ao plágio e o direito autoral. Uma situação comum nas bibliotecas do IFSC refere-se ao recebimento e disponibilização das dissertações e teses. Para o bibliotecário disponibilizar este tipo de dado, é necessário que o estudante, autor da obra, conceda a permissão por escrito, conforme previsto na Lei nº 9.610. Observa-se, na narrativa a seguir, que há um cuidado por parte do narrador com esta questão: [...] *a gente tem que confirmar com o aluno se ele autoriza fazer o termo de autorização da publicação, tem que ter esse cuidado, não é simplesmente achar que isso é interessante e [...] disponibilizar lá na base* (BIBLIOTECÁRIO F).

Observou-se também que os narradores percebem nos estudantes, dos mais diversos níveis de ensino, uma carência relacionada ao uso da informação. Os estudantes, segundo as entrevistadas, não são orientados suficientemente para desenvolverem habilidades no sentido de usar eticamente a informação, e dessa forma, situações de plágio são recorrentes no meio escolar e acadêmico. O estudo de Pineda Baéz et al. (2012) demonstra que um dos motivos da ocorrência de plágio no ensino superior refere-se a uma formação escolar deficiente no ensino primário e secundário, principalmente relacionado ao desenvolvimento de habilidades leitoras e habilidades de escrita, e ao desenvolvimento insuficiente de processos cognitivos complexos, como a interpretação.

O **acesso à informação** e a **censura** também são temáticas comuns às narrativas dos bibliotecários do IFSC. A defesa do livre acesso à informação e a eliminação da censura sob quaisquer aspectos são valores éticos que tem como finalidade assegurar o direito do usuário, de acordo com Bustamante Rodríguez e Padial León (2003). Além dessa finalidade, estes autores associam estes valores e/ou princípios éticos aos deveres do bibliotecário com a sociedade, ou seja, à defesa da função social que desempenham as bibliotecas no sentido de garantir a liberdade de acesso à informação.

Sob este olhar e a partir das narrativas, observa-se que os bibliotecários reconhecem a importância que esta temática tem para a profissão, como se vê no trecho a seguir: *a questão de livre acesso a informação é uma das questões que [...] rege a profissão [...]. Eu vejo que o profissional trabalha para isso [...], toda a preocupação em organizar a informação, em catalogar, em cadastrar em base, todas as preocupações com base (de dados), no final é para isso, para disponibilizar essa informação, para tornar ela livre da melhor forma possível. Então tudo que é possível que o profissional faz, ele vai fazer para disponibilizar essa informação, torná-la livre* (BIBLIOTECÁRIO F). Este narrador, portanto, aponta a garantia do livre acesso à informação como um dos objetivos da profissão bibliotecária. Além disso, há a percepção, com base neste e noutros trechos das narrativas, que os recursos informacionais da biblioteca são utilizados e disseminados, e que a aquisição do acervo é realizada considerando-se o público que irá utilizá-la.

Nesta perspectiva, o acesso à informação muitas vezes constitui-se em um dilema ético para os bibliotecários, pois ao mesmo tempo que trabalham em prol da livre disseminação da informação, precisam considerar que algumas informações, principalmente em órgãos e instituições públicas, são confidenciais.

Diretamente relacionada ao acesso à informação está a questão da censura. Entende-se por censura a supressão de materiais considerados ofensivos por razões religiosas, morais, políticas etc. (FERNANDÉZ-MOLINA, 2000?). Este autor ressalta, com relação a esta temática, que as decisões de seleção são muito importantes, pois determinam a natureza da coleção da biblioteca. Assim, há uma obrigação ética de usar os critérios de seleção adequados para alcançar a missão da biblioteca, considerando as necessidades do usuário. Quando o profissional seleciona materiais a partir de interesses pessoais ou de um grupo pequeno de usuários, constituem-se aí problemas de ordem ética. Este autor afirma ainda que a censura pode existir tanto de fontes externas (grupos religiosos, grupos políticos, etc.) como internas (administradores, órgãos do governo etc.).

Percebe-se ainda que, em algumas situações, os bibliotecários decidem não comprar e/ou não permitir que determinado conteúdo circule, cedendo a censuras internas e externas. Há também casos em que o bibliotecário assume uma postura pessoal, impedindo que determinada informação circule no âmbito da biblioteca em que atua. Ressalta-se, neste sentido, que existe uma obrigação ética de usar os critérios de seleção adequados para alcançar a missão da biblioteca (FERNANDÉZ-MOLINA, 2000),

que é voltada para as necessidades do usuário. Conforme afirmou Fernández-Molina (2000), a “melhor defesa” contra a censura é manter uma política de aquisições bem definida, detalhada e explícita, estabelecida de forma conjunta com os responsáveis pela instituição. Para Valentim (2004), as políticas institucionais, de forma geral, são estratégias para a solução dos problemas éticos.

Outras **normalizações, resoluções internas** – ou seja, que vigoram no âmbito da instituição que o profissional atua-, **leis** e o próprio **código de ética profissional**, são importantes em situações que envolvem um posicionamento e/ou tomada de decisões, evitando-se que o profissional assuma uma posição que não condiz com a legalidade.

Alguns documentos parecem ser mais utilizados pelos bibliotecários que outros, é o caso das resoluções internas da instituição (o regulamento do sistema de bibliotecas do IFSC; a resolução que trata da cobrança de multa e a resolução que refere-se os empréstimos), como observa-se no trecho a seguir: *como no Instituto a resolução que a gente tem em vigor fala dessa cobrança (referindo-se à cobrança de multa), acaba que a gente tem feito isso [...], a gente trabalhando em sistema, em rede, não tem como você de forma individual querer definir alguma coisa, eu sempre prefiro que a gente tenha isso escrito em algum lugar* (BIBLIOTECÁRIO A).

O uso das normas da ABNT também foi amplamente citado nas narrativas e é considerado intrínseco à profissão por estar relacionado à pesquisa. Um dos narradores (BIBLIOTECÁRIO F) afirma que o uso da normalização e das leis faz parte do dia a dia do profissional. Para este narrador, o bibliotecário tem um perfil tecnicista e por isso segue as normas, uma vez que estas se relacionam com a pesquisa escolar e acadêmica. Contudo, considera que o uso das leis e normas é uma necessidade na prática profissional do bibliotecário, uma vez que são a base para a tomada de decisões que demandam um posicionamento ético. Tratar tecnicamente e criar recursos informacionais é uma das habilidades do bibliotecário, de acordo com a CBO (BRASIL, 2002). Assim, considera-se que a junção das habilidades técnicas inerentes ao perfil deste profissional com a função educativa que se discutiu anteriormente neste estudo, constitui o perfil desejável para o bibliotecário enquanto promotor da competência em informação.

A narrativa a seguir ilustra a importância da legislação profissional para garantir os direitos profissionais, tornar a profissão e as atribuições do profissional conhecidas pela sociedade : [...] *a gente tem toda aquela questão de legislação que rege a carreira e que as vezes é difícil que a comunidade, que desconhece um pouco sobre a legislação do profissional, [...] entenda que existe uma lei que regulamenta a profissão, nós temos formação para estar lá, para estar atuando, e que determinadas atividades são atribuições do profissional e que não é simplesmente colocar uma pessoa que não tem o menor conhecimento no lugar para desempenhar nossas atividades. Então a gente tem que de vez em quando resgatar a legislação [...] para mostrar para a sociedade muitas vezes que desconhece quais são as nossas atribuições [...] e o que regulamenta a profissão*

(BIBLIOTECÁRIO F). Evidencia-se nessa fala a importância do código de ética no desempenho da função social. Entretanto, outras falas evidenciam aquilo que Souza et al. (2012) menciona sobre o código de ética: trata-se de um documento sustentado por uma noção de ideal e não de uma realidade. Isso ocorre, principalmente, pela época da sua elaboração inicial, por sua estrutura e pelo fato de que as modificações não lhe alteraram nem a estrutura, nem tampouco a forma. Assim, este documento nem sempre está inserido no conjunto de instrumentos profissionais do bibliotecário.

A **ética profissional** é outra temática abordada pelos narradores, que de certa forma, envolve outros assuntos já tratados nas narrativas apresentadas e descritas nesta seção. Seu papel volta-se para o questionamento se “as ações e relações profissionais estão fundamentadas em princípios que levam à promoção do bem comum, da dignidade humana, da vida feliz” (RIOS, 2008, p. 85).

Nesta perspectiva, emergem das narrativas dos bibliotecários algumas percepções relacionadas à ética profissional. Os narradores associam a esta temática questões como **igualdade e imparcialidade na relação com os usuários**, além de, relacionamentos com colegas de trabalho. Na narrativa a seguir observa-se a descrição do narrador sobre a ética profissional: *a ética também está meio ligada com essas questões de tu lidar com as pessoas sendo imparcial também, a ética envolve estudo* (BIBLIOTECÁRIO F). O narrador exemplifica essa afirmação com a questão de cobrança de multa por atraso do material emprestado: *muitas bibliotecas têm multas, aí se tu for ético, se for lá e abonar a multa de um porque é teu amigo, não vai abonar, não, a regra tem que ser a mesma para todos, o tratamento tem que ser igual para todos, entra muito essa questão da ética, valores e tal, tu não pode fugir muito disso [...]* (BIBLIOTECÁRIO F).

Outro assunto comum identificado nas narrativas dos bibliotecários refere-se ao **trabalho em equipe** e o relacionamento com os colegas de trabalho. Respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais também é um dever do bibliotecário, de acordo com o Código de Ética.

Apesar dos possíveis conflitos que ocorrem no ambiente de trabalho, nos trechos das narrativas que abordam esse assunto, percebe-se que os bibliotecários gostam de trabalhar em equipe e valorizam o trabalho dos colegas. Além disso, reconhecem que o trabalho coletivo é uma oportunidade de aprendizagem, um exercício para deixar de lado os interesses pessoais e pensar no outro. Neste sentido, emerge das narrativas a dimensão política da competência em informação, cuja finalidade é o bem comum de todas as atividades humanas (RIOS, 2010). Daí surge a articulação e/ou o equilíbrio da política com a moral e com a ética.

Valores e posturas são necessários para o indivíduo ser capaz de tomar decisões éticas. A ética diz respeito à experiência cotidiana dos indivíduos, levando a uma reflexão sobre os valores adotados nas práticas profissionais. No âmbito profissional, o Código de Ética aponta diversos valores e posturas desejáveis ao bibliotecário. Ao agir de acordo com tais valores, a ação do bibliotecário é

considerada ética.

Nesta perspectiva, nas narrativas dos bibliotecários é possível identificar alguns valores e posturas ali mencionados. A dignidade é um deles, uma vez que estas profissionais valorizam a profissão e demonstram gostar do trabalho: *eu sempre digo assim que se eu nascesse outra vez eu queria ser bibliotecária [...], me descobri, eu amo trabalhar em biblioteca, adoro o contato com os alunos e tenho vontade de criar coisas*, (BIBLIOTECÁRIO C). Dignificar a profissão é uma postura desejável ao bibliotecário, de acordo com Souza, et al. (2012). Além disso, valorizar a profissão em qualquer situação ou lugar em que o profissional se encontre também é, para Ferreira (2004), uma postura ética.

Outro valor observado nas narrativas é o respeito, que segundo Souza et al. (2012), corresponde às posturas de respeitar o valor da ciência e da técnica, respeitar as leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão, respeitar as atividades dos colegas bibliotecários e respeitar as atividades de outros profissionais atuantes na biblioteca. Respeito e responsabilidade também são considerados por Guedes, Baptista e Borges (2011) valores fundamentais que o indivíduo necessita ter para ser capaz de tomar decisões éticas.

No trecho da narrativa abaixo, percebe-se o valor responsabilidade, principalmente relacionado a uma postura de assumir responsabilidade profissional para com o desenvolvimento da sociedade: *eu acho que o a gente puder fazer para que essas informações, que a gente tem as ferramentas como Domínio Público, enfim, a comunidade ganha, a sociedade ganha, a pessoa ganha em conhecimento e tudo mais [...]. O caminho é dentro dessas questões de seguir legislações e tudo mais, a gente tem os direitos autorais tudo isso que envolve, mas o que a gente puder fazer seguindo todas essas questões da ética, da legislação, a gente tem que disponibilizar mesmo, tem que deixar acessível [...] para a comunidade, para a população, para a gente ter cidadãos mais instruídos, mas preparados para lidar com as questões do dia a dia [...], para brigar mais pelos direitos, para estar mais atento as questões do país, para a população estar mais instruída [...]* (BIBLIOTECÁRIO F).

No trecho da narrativa a seguir, observa-se ainda o valor solidariedade, cuja postura desejável é de ser solidário com os colegas, mas sem acobertamento de condutas erradas (SOUZA et al., 2012): *[...] eu poderia, se eu quisesse, mandar uma carta lá para o evento dizendo que era plágio, e eu ia constranger ela* (referindo-se a uma colega de trabalho), *porque ia ser derrubado o artigo, mas eu acho que a situação pesaria muito. Seria uma luta pelo meu direito, mas eu geraria uma guerra interna. Então eu preferi calar, mostrar para ela [...]* (BIBLIOTECÁRIO C).

A partir das narrativas apresentadas, as reflexões desta seção direcionam para aquilo que se discutiu com base na literatura: a dimensão ética da competência em informação refere-se ao uso responsável da informação, ao bem coletivo, ao bem comum e à cidadania (MENEZES; VITORINO,

2014). Além disso, percebe-se que a ética articula-se e interliga-se nas demais dimensões da competência em informação - a técnica (capacidade de lidar com conteúdos, comportamentos e atitudes), a estética (presença da sensibilidade numa perspectiva criadora) e a política (participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres) – uma vez que ela norteia a ação do profissional, sendo assim, aparece nas práticas profissionais narradas.

5 NARRATIVAS DOS BIBLIOTECÁRIOS DO IFSC QUANTO AO *PADRÃO 5* DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (ACRL, 2000)

O *Padrão 5* de competência em informação da ACRL (2000) consiste em: o estudante (ou outro indivíduo) competente em informação compreende muitos problemas e questões econômicas, legais e sociais que rodeiam o uso da informação, acessa e utiliza a informação de forma ética e legal. Destaca-se que os padrões foram criados para avaliar a competência em informação do “usuário/utilizador” da informação e que, neste trabalho, utiliza-se deles para identificar até que ponto isto faz parte das narrativas dos bibliotecários entrevistados.

A escolha deste padrão justifica-se por sua explícita relação com o uso ético e legal da informação. A ética nos demais padrões da ACRL (2000) está presente, mas de forma implícita.

Ressalta-se que a redação dos indicadores do *Padrão 5* foi adaptada ao contexto do bibliotecário para atender ao terceiro objetivo desta pesquisa, que refere-se a: identificar nas narrativas dos bibliotecários percepções sobre o *Padrão 5* de competência em informação contido no documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* da [Association of College & Research Libraries \(ACRL\)](#), publicado em 2000, quanto ao uso ético e legal da informação.

O *Padrão 5* é composto por três indicadores de aprendizagem e treze resultados esperados. O primeiro indicador do *Padrão 5* refere-se a compreender questões éticas, legais, econômicas e sociais em torno da informação e da tecnologia da informação. São resultados deste indicador, de acordo com a ACRL (2000): identificar e discutir questões relacionadas tanto com a privacidade e segurança como com a impressão e os ambientes eletrônicos; identificar e discutir questões relacionadas com o livre acesso a informação; identificar e discutir questões relacionadas com a censura e a liberdade de expressão; e, demonstrar uma compreensão sobre propriedade intelectual, direitos autorais e usar adequadamente os materiais com direitos autorais. Nesta perspectiva, identificou-se nas narrativas pelo menos 10 menções ao elemento livre acesso à informação, 8 menções à censura e 8 ao elemento direitos autorais. Segurança dos dados e liberdade de expressão também aparecem nas narrativas, mas com menor frequência.

O segundo indicador de aprendizagem do *Padrão 5* diz respeito a cumprir leis, regulamentos, políticas institucionais e etiquetas relacionadas ao acesso e uso dos recursos de informação. Segundo a ACRL (2000), são resultados deste indicador: participar de discussões eletrônicas seguindo práticas aceitas; usar senhas e outras formas de identificação para acesso de recursos informacionais; estar em conformidade com as políticas institucionais sobre o acesso a recursos informacionais; preservar a integridade dos recursos informacionais, equipamentos, sistemas e instalações; obter, armazenar e disseminar legalmente textos, dados, imagens ou materiais sonoros; demonstrar uma compreensão do que constitui plágio, e não usar trabalhos de outros como sendo seu; e, demonstrar uma compreensão de políticas institucionais relacionadas com a pesquisa com seres humanos.

Com relação a este indicador, se percebe nas narrativas pelo menos 11 menções ao elemento leis, 5 trechos que se referem às políticas da instituição e 25 menções ao plágio. Quanto aos elementos recursos informacionais e regulamentos, identificou-se 1 menção direta referente ao primeiro elemento e nenhuma relacionada ao segundo. Entretanto, há no decorrer das narrativas referências indiretas a estes elementos, como se vê no trecho a seguir: [...] *no que eu comecei me aprofundar mais, naquela época, na biblioteca, e tentar fazer inventário ou mesmo cadastro de obras, conferência dessas obras cadastradas, eu via que tinha muito furo. [...] Eu fui mais a fundo e fui tentar organizar e eu via que tinha muita obra fantasma e nessa descoberta eu vi que a questão ética não estava muito assim, muito em auge* [...] (BIBLIOTECÁRIO A). Observa-se nesta narrativa a capacidade e preocupação do profissional em identificar e resolver problemas relacionados à gestão dos recursos informacionais da biblioteca.

O terceiro indicador de aprendizagem do *Padrão 5* diz respeito a reconhecer e usar fontes de informação. Selecionar um estilo de documentação apropriado e usar de forma consciente para citar fontes e postar avisos de permissão concedida, quando necessário, para materiais com direitos autorais são os resultados esperados para este indicador, de acordo com a ACRL (2000). Nesta perspectiva, há nas narrativas pelo menos 4 menções a fontes de informação e 5 menções a citar/citação.

Evidencia-se que os bibliotecários reconhecem a necessidade de citar os documentos utilizados e orientam, sempre que possível, os estudantes para isso, como observa-se na narrativa a seguir: [...] *a gente sempre procura orientar os usuários com relação as citações, principalmente quando tu trabalha com aluno de graduação, claro, desde pequeno [...], eu sou da opinião que o ideal é que desde ali no ensino fundamental o professor começa a trabalhar com eles, pesquisar e tudo mais, eu acho que já tem que trabalhar, tem que falar sobre isso, tem que ensiná-los a pesquisar* (BIBLIOTECÁRIO F). Além disso, o uso do Portal Capes, fonte de informação importante no meio acadêmico, também foi mencionado em algumas narrativas. Os narradores relataram experiências direcionadas para o uso desta fonte de informação. Há também uma preocupação dos bibliotecários com o uso cada vez maior de fontes de informação eletrônicas, uma vez que se observa uma carência

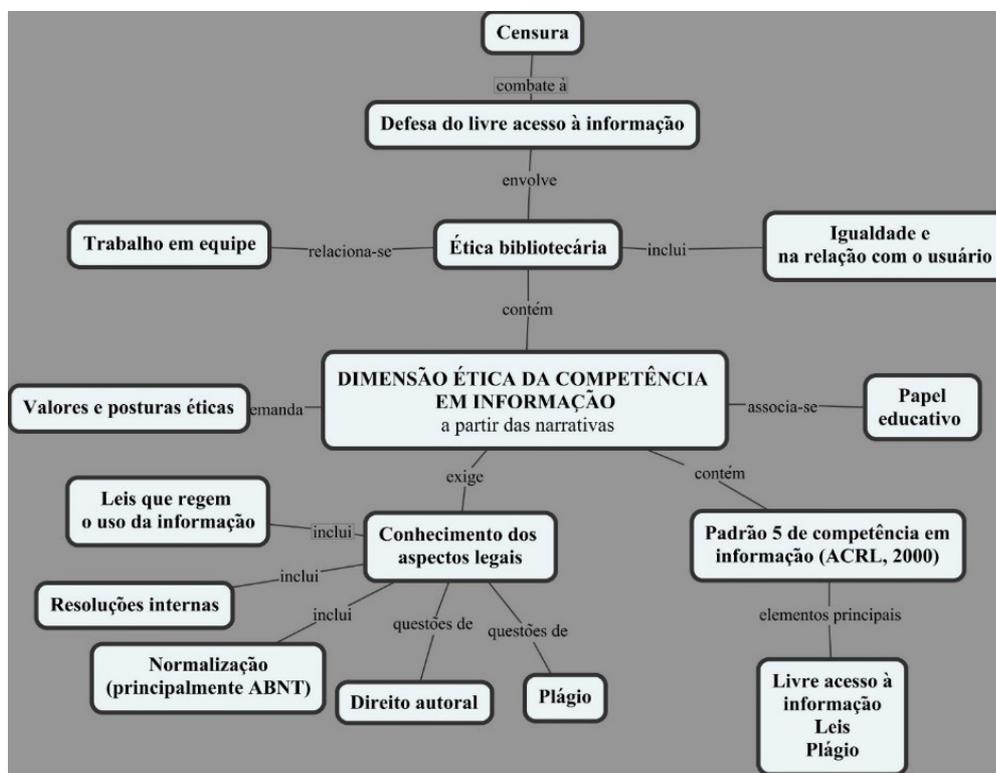
nos estudantes relacionada ao uso ético da informação.

Dentre os principais elementos do *Padrão 5* de competência em informação da ACRL (2000) identificados nas narrativas das bibliotecários do IFSC, plágio (segundo indicador), uso de leis (segundo indicador) e livre acesso à informação (relacionado ao primeiro indicador) são os que mais se repetiram.

O plágio é uma problemática relacionada à manipulação inadequada da informação. O desenvolvimento da competência em informação ou o ensino voltado para o uso ético da informação - criação, distribuição e uso da informação - reduz a incidência de plágio, de acordo com Catts e Lau (2008). O conhecimento de leis e normas constitui-se em um pré-requisito para o uso legal da informação, além de fundamentar a ação do bibliotecário em situações que exigem um posicionamento ético. As profissões da informação, de acordo com Fernández-Molina (2004), desenvolvem seu trabalho em um contexto sócio-político em que sua atuação é afetada por normas, cujo conhecimento é imprescindível para uma atuação profissional. A defesa do livre acesso à informação é considerada por Bustamante Rodríguez e Padial León (2003) um valor ético que o Profissional da Informação desenvolve com a finalidade de assegurar o direito do usuário e, conseqüentemente, cumprir sua função social. Diante disso, não é de se estranhar que estes elementos façam parte do cotidiano e/ou das práticas dos bibliotecários, aparecendo assim com destaque nas narrativas.

O mapa conceitual da Figura 2 sintetiza as percepções da dimensão ética da competência em informação a partir das narrativas dos bibliotecários.

Figura 2 - Dimensão ética da competência em informação a partir das narrativas dos bibliotecários do IFSC



Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Na pesquisa, observou-se a menção direta ou indireta nas narrativas dos bibliotecários de elementos relacionados a todos os indicadores do *Padrão 5* de competência em informação. Considerando-se que as narrativas originaram-se do questionamento da experiência profissional dos bibliotecários, pode-se inferir que estas profissionais possuem noções dos problemas e questões legais que rodeiam o uso da informação. Salienta-se, de acordo com Abell et al. (2004), que compreender a ética e sua utilização no contexto informacional envolve a capacidade de saber porque a informação deve ser utilizada de forma responsável e ética (ética profissional, econômica e pessoal), respeitar a confiabilidade e reconhecer a autoria das obras, compreender a natureza e os diferentes usos para informar com propriedade. Envolve questões de propriedade intelectual, plágio, liberdade de informação, proteção de dados, princípios éticos e códigos profissionais estabelecidos por sua empresa ou instituição profissional. A descrição e reflexão fenomenológica das narrativas aponta para a presença de diversos aspectos relacionados à compreensão da ética e sua utilização mencionados por Abell, et. al. (2004).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura das áreas de Ciência da Informação e Filosofia, observa-se que a dimensão ética da competência em informação diz respeito à ação humana, com base em princípios para a orientação da boa conduta dos indivíduos. Esta dimensão transcorre pelas práticas profissionais e perpassa as outras dimensões da competência em informação: a técnica (capacidade de lidar com conteúdos, comportamentos e atitudes); a estética (presença da sensibilidade numa perspectiva criadora); e a política (participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres). Ela norteia a ação do profissional como um todo.

Ao vivenciar a dimensão ética da competência em informação que volta-se para o bem comum, além de agir em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, o bibliotecário também se beneficia com sua própria ação, uma vez que é nesta dimensão que se alcança a realização profissional e que se vivencia o princípio ético maior de Aristóteles: a *felicidade*.

A dimensão ética da competência em informação, sob o olhar fenomenológico, é o que se percebe, se compreende, se intui, se imagina, se fantasia ou se deseja sobre e a partir das experiências vividas das profissionais, considerando-se que a competência em informação refere-se às habilidades, atitudes e conhecimentos sobre o universo informacional e a ética diz respeito à experiência cotidiana e a uma reflexão sobre os valores adotados, os atos praticados, a maneira pela qual decisões são tomadas e responsabilidades são assumidas na vida. Trata-se, portanto, do conjunto de habilidades, conhecimentos, significados, motivos, valores e atitudes que fazem parte de uma realidade social.

As experiências e práticas profissionais dos bibliotecários do IFSC, portanto, direcionam para aquilo que se discutiu com base na literatura. As narrativas revelam que o fenômeno estudado nesta pesquisa pode ser percebido sob os seguintes aspectos: legais no que diz respeito ao uso da informação (questões de plágio, direito autoral, conhecimento e uso da normalização, de resoluções internas da instituição e de leis); éticos da profissão (envolve os aspectos legais, a defesa do livre acesso à informação, a questão da censura e inclui também os valores éticos); e, que dizem respeito ao bem coletivo (igualdade e imparcialidade na relação com os usuários, trabalho em equipe e posturas do profissional).

Neste sentido, o conhecimento das leis que abrangem o uso da informação é importante para fundamentar as decisões do bibliotecário quanto ao uso ético da informação frente, principalmente, a questões que envolvem o plágio e/ou o direito autoral. O conhecimento e uso de normalizações, como a ABNT, é essencial para a prática profissional do bibliotecário, uma vez que envolvem o uso,

manipulação e disseminação da informação. A defesa do livre acesso à informação e questões relacionadas à censura demandam conhecimento das resoluções internas da instituição, como por exemplo, o regulamento único do sistema de bibliotecas, a resolução que trata da cobrança de multas e a resolução que trata dos empréstimos de materiais bibliográficos, além de, uma política de desenvolvimento de coleções atualizada. A legislação e os documentos citados, portanto, amparam o fazer ético.

Quanto ao *Padrão 5* de competência em informação da ACRL (2000), que diz respeito à compreensão de problemas e questões econômicas, legais e sociais que rodeiam o uso da informação, ao acesso e utilização da informação de forma ética e legal, pode-se concluir que, apesar de não ser objetivo desta pesquisa avaliar a competência em informação dos narradores, estas possuem certo nível de competência em informação, uma vez que em suas narrativas e/ou em seu fazer profissional, destacaram-se diversos elementos relacionados a este padrão. Plágio (presente no segundo indicador de aprendizagem), uso de leis relacionado ao acesso e uso dos recursos de informação (presente no segundo indicador de aprendizagem) e defesa do livre acesso à informação (relacionado ao primeiro indicador) são os que mais se repetiram nas falas dos bibliotecários. Demonstrar uma compreensão do que constitui plágio, e não usar trabalhos de outros como sendo seu, seguir leis, regulamentos, políticas institucionais e etiquetas relacionadas ao acesso e uso dos recursos de informação, e, identificar e discutir questões relacionadas com o livre acesso à informação, são indicadores de competência em informação. Esta constatação reforça aquilo que se supôs no início desta pesquisa: o bibliotecário tem um papel fundamental para o desenvolvimento da competência em informação, pois se pressupõe que ele possua uma formação que lhe propicie o desenvolvimento de habilidades informacionais, tais como seleção, busca, organização, avaliação, disseminação e recuperação da informação, bem como o uso ético da informação (MATA; CASARIN, 2011).

Os resultados desta pesquisa podem contribuir para chamar a atenção dos bibliotecários quanto aos aspectos éticos e legais que envolvem o uso, manipulação e disseminação da informação, a fim de enfrentar as problemáticas que surgem no cotidiano da atuação profissional. Além disso, os resultados aqui apresentados, podem servir de núcleo para criar demandas quanto à formação continuada desses profissionais, quanto à dimensão ética da competência em informação. A observação destes aspectos tem impacto na oferta de serviços com qualidade, gerando credibilidade para o profissional e para a instituição em que trabalha, e para os profissionais da informação como um todo.

REFERÊNCIAS

ABELL, Angela et al. Alfabetización en información: la definición de CILIP (UK). **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, Espanha, n. 77, p. 79-84, dez. 2004. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1302261.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/standards/standards.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro; FERES, Glória Georges. Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 81-99, 2004. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/2009/1837>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1998. Seção 1, p. 3. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=20/02/1998>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. Brasília, 2002. Disponível: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRUCE, Christine S. Workplace experiences of information literacy. **International Journal of Information Management**, Inglaterra, v. 19, n. 1, p.33-47, 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401298000450>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BUSTAMANTE RODRÍGUEZ, Antonio Tomás; PADIAL LEÓN, Alicia. Perspectiva ética y deontológica para la profesión bibliotecaria. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Brasília, v. 4, n. 16, p. 33-53, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/161/16101601.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CAPURRO, Rafael. Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 11-51 Disponível em: <<http://ru.ffyl.unam.mx:8080/bitstream/10391/1328/1/teaching%20information%20ethics.pdf>>.

Acesso em: 18 jul. 2016.

CATTS, Ralph; LAU, Jesus. **Towards Information Literacy Indicators**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/wp08_InfoLit_en.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos. **Los aspectos éticos en la formación de los profesionales de la información**, (2000?). Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/publicaciones/journal/pdf/aspectos-eticos.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

FERREIRA, Rita Gonçalves Marques Portelia. O fundamento ético de uma consciência bibliotecária. **Infociência**, São Luís, v. 4, p. 9-20, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/04/pdf_cdde9cb2a1_0016286.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

GUEDES, Mariana Giuberti; BAPTISTA, Sofia Galvão; BORGES, Maria Alice Guimarães. Competência ética do bibliotecário: um fator de qualidade. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 50-71, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/6161/5081>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Tradução para o português de Regina Célia Baptista Belluzzo. Bauru (SP): FEBAB, 2008. Disponível em: <http://www.febab.org.br/jesus_lau_trad_livro_comp_v_f.doc>. Acesso em: 18 jul. 2016.

LLOYD, A. Information literacy: the meta-competency of the knowledge economy?: an exploration paper. **Journal of Librarianship and Information Science**, Reino Unido, v. 35, n. 2, p. 87-92, jun. 2003. Disponível em: <<http://lis.sagepub.com.ez130.periodicos.capes.gov.br/content/35/2/87.full.pdf+html>>. Acesso em: 18

jul. 2016.

MATA, Marta Leandro da; CASARIN, Helen de Castro Silva. Aspectos éticos e legais da competência informacional e a formação do bibliotecário: um estudo com graduandos de Biblioteconomia da Região Sudeste. **Revista EDICIC**, Marília, v. 1, n. 1, p. 119-134, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115355/ISSN2236-5753-2011-01-01-119-134.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

MENEZES, Priscila Lopes; VITORINO, Elizete Vieira. A Competência Informacional fundamentada na dimensão ética. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 86-107, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/46044/32151>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

PINEDA BÁEZ, Clelia et al. Alfabetización informacional em la educación superior virtual: logros y desafíos. *Información, Cultura y Sociedad*, Argentina, n. 26, p. 83-104, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n26/n26a05.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A presença da filosofia e ética no contexto profissional. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 78-88, 1. sem. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/145/245>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Francisco das Chagas de et al. Ética profissional e autoavaliação do potencial de beneficência ou maleficência do trabalho realizado pelo bibliotecário atuante em bibliotecas públicas, empresariais e universitárias em Santa Catarina: uma perspectiva comparativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19057.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional - bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 18 jul.

2016.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n.1, p. 99-110, jan./apr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100008>. Acesso em: 18 jul. 2016.

VITORINO, Elizete Vieira. Princípios epistemológicos à Competência Informacional do Profissional da Informação. In: CONGRESO ISKO-SPAÑA, 9., 2009, Valencia (Espanha). **Anais eletrônicos...** Valencia (Espanha): Universidad Politécnica de Valencia, 2009. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/57-72_Vieira-Vitorino.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.